

## 2

### Significantes e significâncias

... os dados sociais podem ser sociologicamente significativos sem ter significação estatística e podem ser estatisticamente significativos sem ter significação sociológica.

Norbert Elias, 2000, p.59.

#### 2.1

#### A construção de conhecimento no Serviço Social

Temos consciência de que esta obra não oferece uma “teoria acabada do conhecimento”, bem como renunciamos à “ambição impossível de dizer tudo sobre tudo e de forma ordenada” (Bourdieu, 2004). Ao contrário: pensamos adotar uma postura bastante realista que conduz o pesquisador a um posicionamento racional de reconhecimento da limitação humana em sua produção teórica. Trata-se da consciência sobre a ciência como algo em estado constante de construção e reconstrução, que se constitui apenas em pistas que seguiram outras pistas anteriores que, com sorte, poderão constituir alguma relevância e servir como, novamente, pistas a futuros empreendedores de próximas pesquisas de áreas afins.

Entendemos aqui a distinção entre a noção que se têm de metodologia como sendo “aquilo que não passa do decálogo dos preceitos tecnológicos” (Bourdieu, 2000, p. 53) e o que ela, de fato, representa:

... a escolha entre as técnicas (métricas ou não) por referência à significação epistemológica do tratamento a que será submetido, pelas técnicas escolhidas, o objeto e a significação teórica de questões que se pretende formular ao objeto ao qual são aplicadas (Bourdieu, 2000, p. 53).

Para começar, entretanto, entendemos que “o método por si só não gera nada” (Bernard citado em Bourdieu, 2000, p. 64), ou seja, é importante demonstrar através da descrição do objeto, dentre outras coisas, de onde surgem as hipóteses. Acreditamos firmemente que o processo de pesquisa é um todo dinâmico que não deve ser desmembrado em etapas independentes:

...além da possibilidade de vir a provocar a paralisia e, até mesmo, o erro, a mania metodológica permite, muitas vezes, evitar não tanto o pensamento em todo o método, mas o pensamento a respeito do método (Bourdieu, 2000, p. 79).

Nesta discussão entre as tentativas de depuração obsessiva do método, lembramos da distinção estrutural existente, por vezes, entre Serviço Social e as Ciências Sociais. Serviço Social e as Ciências Sociais podem ser abordagens absolutamente diferentes, principalmente no que tange à epistemologia e na

postura ou no trato dos fatos sociais. Desde a formação acadêmica e político-ideológica percebe-se esta diferenciação, principalmente no tangente àquilo que Gramsci classificaria enquanto intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.

A nosso ver, ao Cientista Social nem sempre é facultado o direito de adotar a postura de intelectual orgânico, ao se alegar preocupação com a rigidez metodológica e científica.

Ao Serviço Social, opostamente, enquanto profissão, desde as mais elementares matrizes das diretrizes curriculares está imputada contemporaneamente a obrigação em relação a uma postura político-ideológica comprometida com a população a qual estuda e com a qual trabalha, portanto, em resumo, a postura de intelectual orgânico.

Se para o Cientista Social o objetivo do estudo de um grupo humano pode se limitar ao seu conhecimento teórico, para o Serviço Social qualquer estudo apenas encontra validade na medida em que pode servir para promover algum tipo de emancipação daquele grupo em relação a outro dominante e opressor.

Na medida em que se presta a uma função de caráter político, de interesse geral: público.

Embora os objetos de estudo destas duas ciências e, em alguns casos, de intervenção seja o mesmo - os indivíduos, as sociedades e os processos sociais - a racionalidade se diferencia bastante em relação à postura que indica uma neutralidade científica.

Conforme previsto em seu código de ética profissional, o Serviço Social tem certo tipo de neutralidade que tem como base o respeito ao indivíduo enquanto tal, o respeito de seus direitos e prima, acima de tudo, por uma ideologia da igualdade e, se preciso for, processa intervenções no campo social para garanti-la, pois está determinada esta obrigação no código de ética.

Por outro lado, os Cientistas Sociais têm a intervenção como um direito, como uma opção particular. Utilizar seu esforço científico para produzir ferramentas de intervenção social constitui-se apenas como opção. Sobretudo uma opção bastante reticente, tecnicamente privada da ideologia, pois há um entendimento de que a ideologia é antípoda à ciência.

A justificativa para a presença do Serviço Social no campo da produção científica e não exclusivamente da prática da intervenção social é norteada por todas as discussões sociológicas que já chegaram ao lugar comum de que a ciência

não é neutra. Sendo assim, munido de instrumentos das demais Ciências Sociais, o Serviço Social pode produzir conhecimentos úteis, éticos e transparentes constituídos em documentos de validade pública, como o que esperamos estar contruindo com este trabalho.

Ao longo da história das Ciências Sociais ou Humanas são abundantes os exemplos de teóricos que, munidos de uma complexa etiqueta sociológica, colocam suas habilidades, métodos e técnicas a serviço de ideologias de todos os interesses, sobretudo, principalmente a serviço dos interesses da elite – que é majoritariamente branca, masculina, cristã, heterossexual, adulta, racionalista - totem do “ser humano ideal”, em contraposição ao considerado mais degradado e odioso por uma ideologia cartesiana de oposições simples.

Costa Pinto (1953) percebe em sua clássica pesquisa sobre raça para o conjunto de pesquisas encomendados pela UNESCO na década de 1950, que, excetuando-se os censos (por demais genéricos), não foi possível conhecer a face étnica da educação no Brasil da década de 1950, quando a pesquisa foi realizada.

De forma instigante e contraditória, saltava aos olhos do autor que

... as estatísticas criminais apresentam minuciosamente discriminados pela condição étnica os violadores da lei penal. Em face dessa disparidade de critério, é lícito assinalar que, certamente, muito do que se encontra nas estatísticas criminais seria melhor compreendido e mais seguramente remediado se as estatísticas educacionais estivessem igualmente interessadas em assinalar a condição étnica dos que comparecem em seus registros (Costa Pinto, 1953, p.152).

Não cremos ser necessário lembrar que o autor, em um trabalho como este, apenas permite-se, como pressuposto de excelência metodológica, utilizar fontes oficiais, portanto, reconhecidas e referendadas pela anuência do poder público, responsável oficial pela regulação da esfera pública e os entendimentos sobre ela.

Desta maneira, parto do entendimento de que a ciência é, necessariamente, comprometida com interesses e ideologias, descartando o exercício contemplativo da busca do irreal e inatingível “objeto puro”.

Certamente nossa prática tem como norte inalienável e constante a recomendação da “vigilância epistemológica” proposta e defendida por Bourdieu (2004), baseado na epistemologia do conhecimento de Gaston Bachelard. Sobretudo, entendemos que a “verdade”, em se tratando de um “fato social”, seja algo dinâmico e, portanto, mutável embora também um alvo quase obsessivo do cientista que se proponha a analisar eticamente a realidade social.

No entanto, não nos permitimos crer que: “... perde a relação vital com o mundo e a vida, aquilo que os filósofos de outros tempos chamaram de ‘práxis’, o agir coletivo e consciente voltado para emancipar o homem de suas carências” (Martins, 2006, p. 46).

Posto isso, passamos a tratar da construção de conhecimento neste trabalho. Enquanto categoria teórica, tanto os territórios negros quanto as identidades raciais positivas são novidade contemporânea da produção das Ciências Humanas. Já enquanto categoria empírica, enquanto movimento relevante política, histórica e socialmente, estas —mesmo que sob outras alcunhas— já são nossas velhas conhecidas.

Uma das grandes dificuldades que encontramos foi exatamente separar para fins analíticos as categorias teóricas das empíricas. Sobretudo, ao longo do percurso, percebemos que não se trata de um problema estrutural exclusivamente nosso, e a explicação encontra-se exatamente no tipo de objeto e objetivo sobre os quais trabalhamos e nos empenhamos em construir.

Em primeiro lugar, entendemos que os dados não são passíveis de serem “colhidos”. Ao contrário, os dados são “construídos” ao longo de diversas observações, anotações, análises, testes, debates, contradições e dúvidas sempre observando o princípio da dúvida e da permanente vigilância epistemológica. (Bourdieu, 2004).

Como bem nos direcionaria este mesmo autor, a ingratidão científica é uma característica por demais cara a quem se propõe a construir conhecimento e é através dela que avançamos (mas também retrocedemos, em alguns poucos casos) em direção a teorias cada vez mais complexas em todos os campos da ciência.

Além desta orientação revigorante de origem epistemológica e desestruturadora dos conservadorismos, é preciso considerar alguns dados relativos às categorias teóricas e sua emergência.

Como dissemos antes, os dados não se colhem, mas se constroem. Os números, sem uma detalhada, acurada e perspicaz análise, não dizem nada —ou pior, dizem qualquer coisa, dizem aquilo que o manipulador deles quiser dizer ou “provar”. Após este comentário, supomos que seja desnecessário acrescentar que descartamos há muito o engodo da noção de uma ciência neutra. Admitimos que a

ciência não é neutra e até propalamos esta idéia, que nos salva de algumas armadilhas —sobretudo as políticas travestidas de teoria— entretanto, consideramos que seja possível adotar uma postura de transparência ao se construir conhecimento, ao se manipular dados.

Esta é a nossa tentativa neste estudo. Sendo assim, desde já, informamos que nossa produção de conhecimento —assim como qualquer outra— é comprometida desde as suas origens.

A nossa profissão em si é comprometida e, como já disse, isto está bastante claro em nosso Código de Ética, nas diretrizes curriculares de nossa formação e em nosso projeto ético-político enquanto Assistentes Sociais.

O Código é claro quando diz que dentre os princípios fundamentais da nossa profissão destaca-se a:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (...) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (Código de Ética do Assistente Social, 2003, p. 16).

Tendo dito isto, fica bastante clara a orientação e forte inclinação do profissional do Serviço Social em relação ao perfil delineado e classificado por Gramsci (1968) como intelectual orgânico, em contraposição ao que ele classifica enquanto intelectual tradicional, e a diferença essencial entre ambos, pode ser descrita em apenas uma palavra: compromisso. Compromisso que se julga ético, justo e emancipador, mas, ainda assim, compromisso.

Estando claros estes posicionamentos, gostaríamos de nos deter na forma e no contexto em que as categorias empíricas sobre as quais trabalhamos se tornaram categorias políticas de barganha e categorias teóricas de estudo de diversos nichos.

A passagem de um tipo de objeto a outro (de objeto empírico a objeto teórico) e o nosso papel de Assistentes Sociais nesta história não é algo tão simples e livre de percalços. Trata-se simplesmente da história do movimento social —em especial o movimento negro— e da evolução e intervenção do Serviço Social em todo este contexto.

Basta por hora dizer que o Serviço Social atuou fortemente a partir da década de 1940 na construção e fortalecimento de identidades convenientes à lógica capitalista e após o período do Movimento de Reconceituação da profissão

no Brasil e na América Latina assumiu uma nova postura rompendo com projetos alienantes e baseando sua ação e produção técnica e profissional em princípios basicamente marxistas, com a forte marca do determinismo histórico.

Entendemos que seria demais fazer todo um retrospecto da evolução dos movimentos sociais no Brasil concomitantes à própria evolução do Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão técnica do trabalho e envolvida de forma seminal nestes movimentos sociais.

Entretanto, consideramos fundamental fazer um breve raciocínio, visando introduzir a questão, para que fiquem claras as nossas conclusões.

O Serviço Social, principalmente após 1945, nos marcos da expansão do americanismo, desenvolve-se como profissão de cunho eminentemente educativo a partir da egrégora imperante da “cultura de bem-estar”.

Nesta época, ainda servia aos interesses das classes hegemônicas e à perpetuação das diferenças de classe, raça, gênero, etc., através das ideologias conformistas pseudo-psicologizantes do Serviço Social de Casos que eram orientadas pelos princípios liberais de “igualdade de oportunidades” e de “mérito individual”, onde o único responsável pelo insucesso que porventura um indivíduo pudesse ter seria ele mesmo.

Neste contexto, as classes dominantes, na intenção secular de manterem seus privilégios, elaboram, adaptam e readaptam formas de controle social produzindo verdades e utilizando agentes fomentadores destas verdades: neste caso, o Serviço Social das “moças de boazinhas”.

Sobre este contexto social específico, Marina Maciel (2004) nos diria mais e com considerações, inclusive, do próprio James Taylor que:

... nesse processo, revela-se uma pedagogia plasmadora de subjetividades e de condutas individual e coletiva, direcionada não só para a formação do operariado, dos funcionários intermediários e do patronato no âmbito dos processos de trabalho, mas extensivamente ao conjunto da vida social, na conformação de novos comportamentos individuais e coletivos (Maciel, 2004, p. 51).<sup>1</sup>

A partir deste momento até à ruptura com o conservadorismo o Serviço

---

<sup>1</sup> Sobre a amplitude dos princípios tayloristas de administração científica, assim se expressou o autor: “esperamos [...] ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, podem ser aplicados a qualquer atividade social: na direção de nossos lares, na gerência de nossas fazendas, na administração de nossas casas comerciais, grandes e pequenas, na administração de igrejas, de institutos filantrópicos, de universidades e de serviços públicos” (Taylor, 1985, p. 28).

Social percorre um longo caminho de resgate, construção e luta pela manutenção dos direitos dos sujeitos então considerados sujeitos de direitos.

Nesta trilha, houve uma série de deturpações de ordem marxista utópica que muito nos afastaram da realidade e, em certo grau, nos impediram de observar com mais acuidade outras faces da Questão Social que não apenas as relacionadas à classe.

A discussão do presente trabalho não avança neste sentido, porém, deve ficar claro aqui que nossa postura não se coaduna com as perspectivas ainda existentes no seio do Serviço Social que adotam um marxismo ortodoxo, como também não descarta o marxismo como orientação absolutamente relevante.

Apenas é necessário perceber, como bem observa Dumont (1996), que mesmo naquelas sociedades consideradas mais igualitárias sob aspectos estritamente financeiros, do ponto de vista sexual e da distribuição da riqueza socialmente produzida, que as diferenças hierárquicas continuam ocorrendo, expressando-se através de clivagens étnico-raciais relativas a caracteres somáticos, tais como cor da pele e fisionomia (Dumont citado em Vinagre Silva, 1999, p. 314).

Além disto, como bem demonstra Vasconcelos (2000), como que num movimento pendular, o que se seguiu ao rompimento da visão individualizada e psicologizante de questões históricas e economicamente determinadas foi aquilo que ele mesmo chama, fazendo uso de seus largos conhecimentos psicanalíticos, de “recalcamento da subjetividade”. Para o autor, está em jogo, nesta arena:

Na dimensão coletiva, está em primeiro lugar um reconhecimento do desastre histórico e político da abordagem da subjetividade pelo socialismo real sob a influência do stalinismo, que subjugou e recalcou através do chamado realismo socialista e de uma psiquiatria biológica e autoritária a produção subjetiva e a criatividade das várias gerações de cidadãos que o experimentaram. Está também em jogo a percepção de que a subjetividade não é só um fenômeno individual, mobilizado apenas nas abordagens profissionais individualizadas, mas que atravessa todos os fenômenos coletivos e políticos, passando pelas questões de classe, de gênero, etnia, cultura, religião, sexualidade, inconsciente, questões ambientais, etc (Vasconcelos, 2000, p. 12).

Após este período que norteou e ainda norteia diversos segmentos e escolas do Serviço Social no Brasil e no mundo, eis que emergiu novamente e apoiado por diversas disciplinas (inclusive numa perspectiva bastante inclinada à perspectiva interdisciplinar), uma nova dimensão pedagógica do Serviço Social que não atua

na manutenção do *status quo* existente, mas, ao contrário, utiliza-se desta ferramenta buscando superação das faces perversas da Questão Social.

Esta nova dimensão atua em diversos segmentos sociais, em especial as minorias em termos de representação política, como pessoas de cor/raça, credo, gênero, orientação sexual, facha etária ou inclinação político-ideológica diferentes do estabelecido como ideal de ser humano pelos grupos dominantes.

É sobre este aspecto educador e fomentador de consensos (Gramsci, 1968) que o Assistente Social contemporâneo visa incentivar a estes grupos a chegarem à hegemonia (Gramsci, 1968) caminhando respaldados por uma permanente visão de totalidade (Lukács, 1959) e numa postura que Gramsci (1968) conceituaria como intelectual orgânico.

Nesta esteira da evolução dos movimentos sociais, da teoria, métodos e práticas do Assistente Social e do alargamento da noção de direitos emergem mais bravamente as lutas dos chamados “novos movimentos sociais”.

Estes são movimentos sociais que tomavam força concomitantemente à desestruturação progressiva dos movimentos sociais de caráter exclusivamente de classe.

Movimentos sociais paulatinamente esmaecidos pela desorganização espacial do trabalho e dos trabalhadores, o desestímulo às organizações sindicais pela concorrência, fruto do crescente desemprego estrutural e do sepultamento da centralidade da categoria “classe”, enquanto direito primordial, e da categoria “trabalhador”, enquanto demandante de direitos.

Neste marcante momento histórico, político e econômico brasileiro, emergem com mais força —e até mesmo estimulados pelos detentores de capital de orientação neoliberal, numa sociedade em franca abertura capitalista— os diversos movimentos sociais que, se por um lado abriam mais a discussão dos direitos sociais, por outro, eram entendidos enquanto fragmentação das lutas sociais e abandono da visão de totalidade, distanciando a “classe trabalhadora” do seu maior oponente: a estrutura de dominação de classe e exploração capitalista.

Especificamente no que tange à discussão de raça no contexto da emergência dos novos movimentos sociais, em diversos aspectos, não há nada que a diferencie dos demais movimentos sociais emergentes (como os movimentos

ecológico, gay, feminista e outros) que foram catalisados então. Evidentemente há também diversos eixos, em especial o histórico e econômico, que dão maior especificidade ao eixo do movimento negro no Brasil, em função da história de país escravista.

Após estas considerações sobre a natureza da produção de conhecimento em nossa área e sua relação com os movimentos sociais, faz-se necessário apresentar alguns comentários sobre o trabalho de campo realizado.

A primeira entrevista aplicada em uma pessoa do grupo em foco nesta pesquisa foi entendida como um pré-teste do instrumento de coleta de dados empíricos e serviu como modelo, dando pistas das formas de aperfeiçoamento para as demais a serem aplicadas.

A reflexão sobre suas lacunas e imperfeições foi o que tornou possível, e mais racional, a execução de um roteiro de entrevista que pretendesse ser instrumento de coleta de dados para o grupo de população envolvido.

Uma das observações sobre este pré-teste foi de que, na maioria das perguntas obteve-se mais facilmente a informação desejada através de perguntas indiretas e com conseqüentes deduções e não de perguntas diretas.

A percepção da razão para esta realidade em termos de abordagem (o que é um aspecto de metodologia de aplicação de instrumental de coleta de dados) é bastante clara na medida em que levamos em consideração o fato fundamental de que se trata de um grupo historicamente oprimido com violência direta e indireta (sobretudo através da vigilância constante de seus atos) e que nesta conjuntura de micro história específica, vem enfrentando há mais de três décadas a convivência negociada com militares e suas respectivas regras, bem como sua ação por vezes arbitrária, ignorando a presença dos demais moradores e sua ocupação do espaço físico e simbólico.

É verdadeiramente marcante a situação de violência psicológica que estas pessoas trazem viva na memória ou concretamente vivem na relação com o poder instituído e regulador —no caso, a Marinha— e o conseqüente medo que as cerca, tirando a naturalidade de suas respostas. Sendo assim, o esforço para obter respostas espontâneas e menos artificiais ou até falsas —e respostas sinceras— é muito maior.

Outro aspecto a ser colocado em relevo na observação da aplicação do instrumental de coleta de dados trata da questão da linguagem oral. Percebemos que a linguagem é um fator importantíssimo e determinante na forma de aquelas pessoas se expressarem e decidirem a travar, ou não, uma relação de confiança quanto à forma ou até mesmo à decisão de dizerem a verdade.

Sendo assim, há uma preocupação muito grande em não parecer formal demais, visando captar o máximo possível de informações acertadas sobre os elementos abordados daquela realidade social.

Um dos motivos que levam a uma postura que visa utilizar uma linguagem o menos formal possível é a desqualificação acadêmica e política do público alvo.

Outro aspecto que merece ser levado em consideração é que se trata de uma comunidade rural, sendo assim, a coerência deve ser maior no tocante a uma percepção de grupo desta comunidade, pois inevitavelmente as pessoas vão comentar entre si sobre a entrevista, já que a vida neste contexto micro-geográfico é mais lenta.

Sair de sua praia para comentar sobre algum evento diferente na praia do outro, por vezes pode parecer a eles um acontecimento, um entretenimento, uma forma de sociabilidade.

Percebeu-se no trajeto da aplicação do instrumental teste que a pergunta sobre a permanência da Marinha na “ilha” teve que ser incorporada por ter sido recorrente essa discussão nas entrevistas. Sobretudo, este fato aconteceu tão naturalmente que é como se a própria pergunta tivesse se incluído naturalmente.

Outro fator importante a ser aplicado nas demais entrevistas é a necessidade de assegurar se o entrevistado compreendeu corretamente a pergunta feita, refazendo-a de outra forma, em outro momento, em virtude da diferença entre o vocabulário/imaginário do entrevistado e do pesquisador.

Em termos metodológicos, entendemos ser grande a importância da linguagem na construção e no trato do objeto de pesquisa, que demanda uma formalização maior visando o afastamento das prenoções conscientes e inconscientes trazidas pelo pesquisador.

Pensamos que a formalização do vocabulário que se pretende científico, bem como a definição clara dos conceitos utilizados, pode ajudar o pesquisador e o

leitor a definir o grau de cientificidade do seu processo de construção de saberes/conhecimentos.

Este posicionamento pode ser assumido pelas mais diversas disciplinas, contudo, devemos evidenciar aqui o valor que acreditamos ter este tipo de procedimento na construção do objeto, durante o processo de construção do referencial teórico deste trabalho. Entretanto, percebemos como fundamentais as precauções em relação aos riscos de equívocos na construção teórica que o pesquisador corre a todo tempo de, por exemplo:

... substituir suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda (...) [ou] impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles, por uma confusão positiva entre as questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e as questões que eles se formulam de forma consciente (Bourdieu, 2004, p. 51).

Este risco ficou bastante claro quando em campo foi possível observar em várias das entrevistas que visavam, dentre outros dados, obter informações objetivas e subjetivas sobre o nível de conscientização política dos moradores da região, que algumas das formulações que obtinha neste processo de entrevista não faziam parte de sua rotina de reflexão.

Isto nos mostrou claramente que, na verdade, o processo de formação de identidades não é linear e nem sempre produz exatamente os efeitos desejados. Ao menos, não aparentemente.

## 2.2

### **O trabalho de pesquisa e os agentes sociais**

O primeiro agente social de Marambaia, e aquele que mais nos preocupou durante a execução deste trabalho é o seu morador, ou seja, os herdeiros atuais dos remanescentes do Quilombo de Marambaia: um território negro.

Um ponto que consideramos fundamental para compreender amplamente a postura dos moradores entrevistados e o conteúdo de suas falas é diretamente remetido às questões derivadas dos conflitos que envolvem questões específicas que para eles significam objetivamente ter, ou não, o direito às terras que habitam.

No entender destes, cada palavra, cada declaração pública, cada imagem

que possam transmitir aos olhos externos pode paradoxalmente ajudá-los, ou colocar a perder, nos avanços que vêm empreendendo mais ativamente desde o começo de sua luta consciente pelas terras em contraposição a interesses externos.

Mesmo que em alguns casos certos agentes externos possam avaliar seu nível de conscientização político-ideológica como incipiente, para muitos dos moradores, a questão mais urgente é ter, ou não, condições mínimas de manutenção de suas vidas: as suas terras.

Terras utilizadas não para fins de comercialização da própria terra ou de seus frutos, mas sim para a manutenção individual e coletiva de sua sobrevivência e convivência com o seu grupo de pertença.

Segundo os relatos de praticamente todos os nove entrevistados, desde 1971, com a entrada da Marinha ocupando as terras da Marambaia, este direito a terra, bem como o de ir e vir, o de estudar, o direito à inviolabilidade de correspondência e outros direitos ficaram francamente ameaçados pela presença da Marinha no território, pois segundo seus relatos, os agentes militares, regular e paulatinamente adotavam ações violentas e de desagregação do grupo (Ver **Figura 4**, em “Anexos”, p. 119).

O acesso à restinga da Marambaia tanto para moradores quanto para visitantes é limitado. Há apenas dois horários durante o dia em que a embarcação da Marinha faz o trajeto restinga-continente. Formalmente este horário é pré-estabelecido, sendo o primeiro horário muito cedo, por volta das seis horas da manhã, e o segundo horário por volta das seis da tarde. Porém há relatos que denunciam o descaso da Marinha para com o cumprimento destes horários, como no exemplo de Martinho, onde ele explicita, inclusive, desdobramentos negativos para a população decorrentes disto, como no caso da evasão escolar:

... a maioria das crianças que tá estudando em Itacuruçá esse ano não passaram de ano porque é uma coisa muito cansativa pra eles, irem pro colégio todo dia... acorda 3:00h, 3:30h da madrugada, pra sair de casa 4:00h, sair de casa 4:00h pra pegar a barca 6:00h e retorna só às 18:00h sendo que tem vez que a barca tá saindo 4:00h daqui do cais retorna aqui de Itacuruçá pra cá 10:00h da noite, entendeu? E se estiver chovendo não tem como ir pro colégio porque é muito distante. Aí não vai, fica reprovado (Martinho, 42 anos, Ilha de Marambaia, 2007).

Os moradores da Marambaia têm o direito de ir e vir com suas canoas ou barco próprio, mas trata-se de um número ínfimo de pessoas que possuem este meio de transporte, ficando a maioria, portanto, na dependência da conexão dos

militares em fornecer transporte no momento em que desejarem.

Ademais, como demonstra o relato de “Carla”, mesmo a quem possui meio próprio de transporte é difícil fazer a travessia uma vez que o trajeto é longo e perigoso, tendo havido já casos de morte de moradores ao tentar fazê-lo.

No caso de visitantes, há ainda uma dificuldade maior que podemos experienciar pessoalmente durante o trabalho de campo, que é a limitação de tempo de permanência na Marambaia e também a necessidade de prévia informação da incursão ao local, através da informação por parte de um morador que faz o convite.

Para ter acesso à restinga da Marambaia, em primeiro lugar, o visitante deve ser convidado de um morador ou de um militar. A princípio, a premissa de ser convidado por algum morador para ter acesso à Marambaia pareceria um privilégio de segurança como os que apenas têm atualmente os moradores de condomínios luxuosos das áreas nobres das cidades brasileiras. Contudo, a possibilidade de quaisquer militares convidarem pessoas estranhas à incursão no território já desfaz esta noção prévia de privilégio concedido aos moradores.

Na verdade, a impressão que nos parece forte nesta situação é a oposta, ou seja: os militares têm o primeiro privilégio de convidar quem quiserem a visitaçao aquele lugar. Os moradores apenas têm uma extensão deste direito pelo fato de morarem lá.

Em nossa primeira incursão de pesquisa de campo com efetiva entrada no local, tivemos de início o desconforto de “não ter nosso nome constando na lista oficial da Marinha” no momento do embarque. Posteriormente pudemos verificar que isto era um fato recorrente para a maioria dos convidados por parte do morador que nos recebeu em sua casa para efetuar o processo de pesquisa. Trata-se de uma líder comunitário de forte influência dentro e fora da Marambaia, que nos foi indicado pela Ong Koinonia. Este morador não será identificado aqui neste trabalho por razões de privacidade.

O fato de nosso nome não constar na lista de embarques se deu, principalmente, em função do protagonismo do nosso hospedeiro na luta pelos direitos quilombolas dos moradores da Marambaia, que incomoda bastante aos militares daquele comando. Relatos como este também se podem encontrar na fala

do pesquisador responsável pelo Projeto Egbé-Territórios Negros, Dr. José Maurício Arruti:

Não chega a ser surpreendente, mas sim sintomático e revelador. Foi que eu tenha sido impedido, sistematicamente, de entrar na ilha, por uma série de expedientes que buscavam evitar que a Marinha precisasse emitir qualquer proibição formal e explícita. Como a ilha é área de interesse militar, eles não reconheciam a autoridade da FCP ou do MPF em exigir um laudo. O ponto crítico deste impasse foi uma reunião com o Comando Geral da Marinha, eu acompanhado do procurador Daniel Sarmiento e uma turma de militares de alto escalão, numa conversa extremamente tensa. Uma negociação enorme para poder entrar na ilha e fazer o laudo. No final das contas acabaram aceitando, mas contanto que eu realizasse o trabalho de campo acompanhado por um militar. Segundo eles porque a área era muito perigosa e eu poderia me machucar etc. Até hoje eu não sei se aquilo era ironia ou ameaça. No final das contas, a presença do Ministério Público foi fundamental para que o trabalho pudesse acontecer (José Maurício Arruti, Coordenador do Projeto Egbé-Territórios Negros, Flamengo, 22 de junho de 2007).

Neste contexto, cremos não ser difícil compreender como foi quase automática a transformação simbólica no imaginário de todos os que conhecem algumas destas características da Marambaia em “ilha”, em vez de restinga.

Seja na dificuldade de acesso, a partir das peculiaridades geográficas, ou nas dificuldades de manter relação fluida com o resto do continente, a impressão que se tem no trato com a Marambaia é a de estar realmente em uma ilha.

Na fala do Dr. José Maurício Arruti,

A gente discutiu muito a situação da Marambaia, que emergiu dentre todas como a situação mais grave, mais destacada, por causa de toda conjuntura da ilha, que é uma população isolada, uma população que está submetida aos militares, cheia de restrições, limitada no exercício dos seus direitos fundamentais, direitos humanos na verdade (José Maurício Arruti, Coordenador do Projeto Egbé-Territórios Negros, Flamengo, 22 de junho de 2007).

De paisagem paradisíaca<sup>2</sup> a Marambaia oferece pouco ou nenhum acesso aos avanços de infra-estrutura como água encanada, energia elétrica, saneamento básico, posto de saúde, correio doméstico<sup>3</sup>, escolas com ensino médio e comércio<sup>4</sup>.

Segundo o relato de “Jorge” uma das questões que determina o pouco

<sup>2</sup> Ver imagem de uma das praias da Marambaia na **Figura 22**, página 134 de **Anexos**.

<sup>3</sup> Na Marambaia há acesso aos correios, entretanto este é mediado pelos militares. Todas as correspondências são entregues aos militares e eles fazem a distribuição na medida em que os moradores o procuram e solicitam novas correspondências.

<sup>4</sup> Em nossa visita à Marambaia apenas pudemos verificar a existência de um local de comércio algo parecido com uma mercearia onde se vendiam poucos víveres como alguns itens de alimentação, higiene e bebidas alcoólicas. Esta mercearia fica muito próxima ao porto de desembarque, o que representa uma distância de aproximadamente uma hora a pé subindo e descendo trilhas no meio da mata para alguns moradores. Ao que pudemos perceber, é de propriedade da Marinha ou de algum militar que more na ilha.

acesso a estes benefícios é a própria interferência da Marinha. Para ele

Tem a questão da luz... a gente não pode ter luz porque a gente não tem terra... porque não temos a posse da terra. Já alegaram [Funcionários da AMPLA]... já alegaram isso: “.. *Ah, vocês não têm a posse de terra, como é que vocês querem colocar luz se vocês não têm a posse de terra?!?!?*” Né? Já foi alegado isso..

[...]

**Entrevistadora:** Será que foram eles quem impediram de a AMPLA levar luz para lá?

Com certeza sim! Eu acho. Eu acho que eles alegaram até que “não... ah... não sei o que...”. Mas particularmente, eu acho [que] eles deram uma catucadinha lá... (Jorge, 22 anos, Itacuruçá)

Já a partir destas descrições, cremos poder concluir estar se tratando de um local em litígio, um campo de disputas de interesses diversos onde os principais agentes sociais que pudemos identificar são: os moradores, a Marinha do Brasil, o Ministério Público e os diversos agentes externos/internos envolvidos política e ideologicamente no processo, como a Ong Koinonia, o movimento negro, a militância quilombola e possíveis outros agentes simpatizantes à causa.

Ainda na contextualização da Marambaia, algo que nos chamou atenção é a menção que uma das entrevistadas faz a violações de correspondência, sugerindo que elas foram possivelmente protagonizadas pela Marinha, que faz o intermédio da entrega da mesma. “Carla” diz:

... cheguei a fazer sindicância lá dentro (...) por causa do seminário que teve lá na “ilha”, aqui fora, a respeito da Marambaia, aonde eu comentei que minhas cartas vinham abertas. (...) e vinha mesmo. Até mesmo eu não fui apurar porque eu não sabia o dia que era. Quando Koinonia me mandou o jornalzinho que eles fazem, com notícias do que aconteceu... quando chegou na minha mão, tava aberto. De tesoura... aberto... (Carla, 31 anos, Itacuruçá, 2007).

Sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade frente à Marinha, Luís Fabiano comenta que “... a Marinha chegou lá e fez muita coisa... muita coisa de ruim contra a comunidade... Ah, eles fizeram muitas coisas... derrubaram tantas casas lá...” (Luís Fabiano, 64 anos, Itacuruçá, 2007).

A questão da Saúde e da ausência de assistência médica à comunidade dificultada pela Marinha aparece claramente na fala de Carla

Nós não estamos trabalhando contra a Marinha e nem estamos querendo que eles saiam, mas estamos querendo ter o mesmo direito que eles. Porque a gente é atendida por eles, mas nós não temos a mesma liberdade de médico que nem eles têm. Lá eles têm remédio pra eles... nós temos remédio dos deles.. quando tá sobrando dos deles. E a gente quer que vá médico lá, que tenha médico tanto quanto pra eles. E a prefeitura pode fazer a mesma coisa que tem aqui fora (Carla, 31 anos, Itacuruçá, 2007).

Para os mesmos moradores, o clima era de tensão e insegurança, pois suas ações pareciam estrategicamente planejadas visando à desagregação dos moradores enquanto grupo e não podiam ser provadas. Era comum um morador receber da Marinha autorização para construção de muros ou mesmo extensão de sua casa e vários outros vizinhos não conseguirem.

Sem dar explicações, ficava latente uma egrégora de desconfiança entre os moradores em função da diferença de privilégios e, desta forma, instalou-se uma cultura onde os moradores que procuravam agir conforme a “cartilha” dos militares, buscando também serem considerados “merecedores” dos tais privilégios.

Também tinham privilégios os moradores que se tornassem adeptos da igreja evangélica presidida pelo pastor que, cabe ressaltar, era também militar. Compreendemos que, de fato, tal empreitada por parte dos militares teve amplo sucesso, pois gerou silenciamentos concretos e simbólicos eficazes dentre os moradores e a desunião do grupo.

Também, conforme vários moradores de Marambaia descreveram jamais os militares assumiram a autoria de abertura das correspondências que eram entregues pelo correio à Marinha, que deveria entregar aos moradores.

Além disto, nunca assumiram a autoria da queimada de roças de moradores, embora vários deles tenham fortes razões para supor envolvimento militar nisto.

Quando levavam individualmente a um ou outro morador “papéis oficiais” para que assinassem admitindo que as terras que ocupavam não eram suas, jamais explicaram que era facultado aos moradores o direito de assinar admitindo aquilo ou não. Simplesmente, tratava-se de agentes militares com a autorização federal para estarem ali que se utilizavam deste poder para transmitir algo que não era sua voz, mas a do governo federal.

Esta postura é sistematicamente encarnada em todas as suas manifestações ou declarações públicas, sendo os exemplos abundantes, tais como as denúncias de risco nuclear na “ilha”, aqui documentados através dos recortes de matérias jornalísticas (Ver **Figuras 5, 6 e 7**, em “Anexos”, pp. 120, 121 e 122).

Neste clima de tensão, vigilância constante e com as buscas por direitos

ainda tímidas e incipientes apresentou-se uma instituição aparentemente menos poderosa que Marinha, que ousou desafiar esta hegemonia de poder: a ONG Koinonia. Para os moradores, parecia ainda incerta a abertura do ângulo do poder e atuação desta ONG e equivalente a esta insegurança era a sua postura e confiança neles.

Segundo um relato informal de um agente desta ONG que não será identificado aqui por razões de privacidade e de direitos autorais, foi difícil e gradativo conquistar a confiança daquelas pessoas, pois, dentre outros motivos, não fazia parte do conjunto de significados deles a possibilidade de uma organização da sociedade civil ter poder de barganha por direitos em relação a uma instituição do nível de poder da Marinha.

A cada passo dado, mais e mais pessoas eram conquistadas e se sentiam mais inclinadas a acreditarem na possibilidade de superação daquela situação de dominação. A impressão que fiquei foi de que o sentimento que assolava aquela população era o de quase total desesperança e acomodação.

Quando existe uma história de longa duração (Braudel, 1968), onde há estabelecidos e *outsiders* (Elias, 2000), o que impera é a desesperança. Neste contexto, a partir da intervenção desta ONG, com ações paulatinas estimulando um processo de empoderamento destes sujeitos, pareceu a eles mais possível a mudança deste quadro.

O brilhante caso de “Winston Parva” estudado por Norbert Elias e John Scotson em 1965 é capaz de fazer um excelente paralelo com a situação vivenciada pelos moradores da Marambaia desde 1971, quando consegue diagnosticar uma situação de disputa entre os “*outsiders*” e “estabelecidos”. Se no caso de “Winston Parva” os antigos moradores daquela localidade inglesa construíram o significado de “estabelecido” para si e de “*outsider*” para os moradores mais novos do local discriminando-os, no caso da Marambaia o que verificamos foi exatamente o oposto.

Ao ocupar a Marambaia em 1971 a Marinha do Brasil se comportou como se lá não houvesse moradores prévios e inverteu completamente os papéis transformando aqueles que lá moravam desde o século passado em “*outsiders*”.

Na fala de Batatinha e de Josefa, já nas entrevistas em 2003, é notável este

comportamento por parte dos militares. Conforme podemos perceber no trecho de entrevista abaixo, eles entram na Marambaia considerando-se donos dela e desconsiderando completamente direitos adquiridos, simbólicos ou culturais:

... eles já colocaram várias pessoas na justiça pedindo reintegração de posse..

Reintegração de posse de que? Eles são donos?

**Batatinha:** dizem eles que são.

São donos?

**Batatinha:** ... nós somos invasores [segundo eles].

Vocês são invasores? Mas eles chegaram lá depois, não foi?

**Batatinha:** muito depois.

**Josefa:** chegaram lá em 71.

**Batatinha:** eles assumiram a ilha em 71. Apesar de que...

[...]

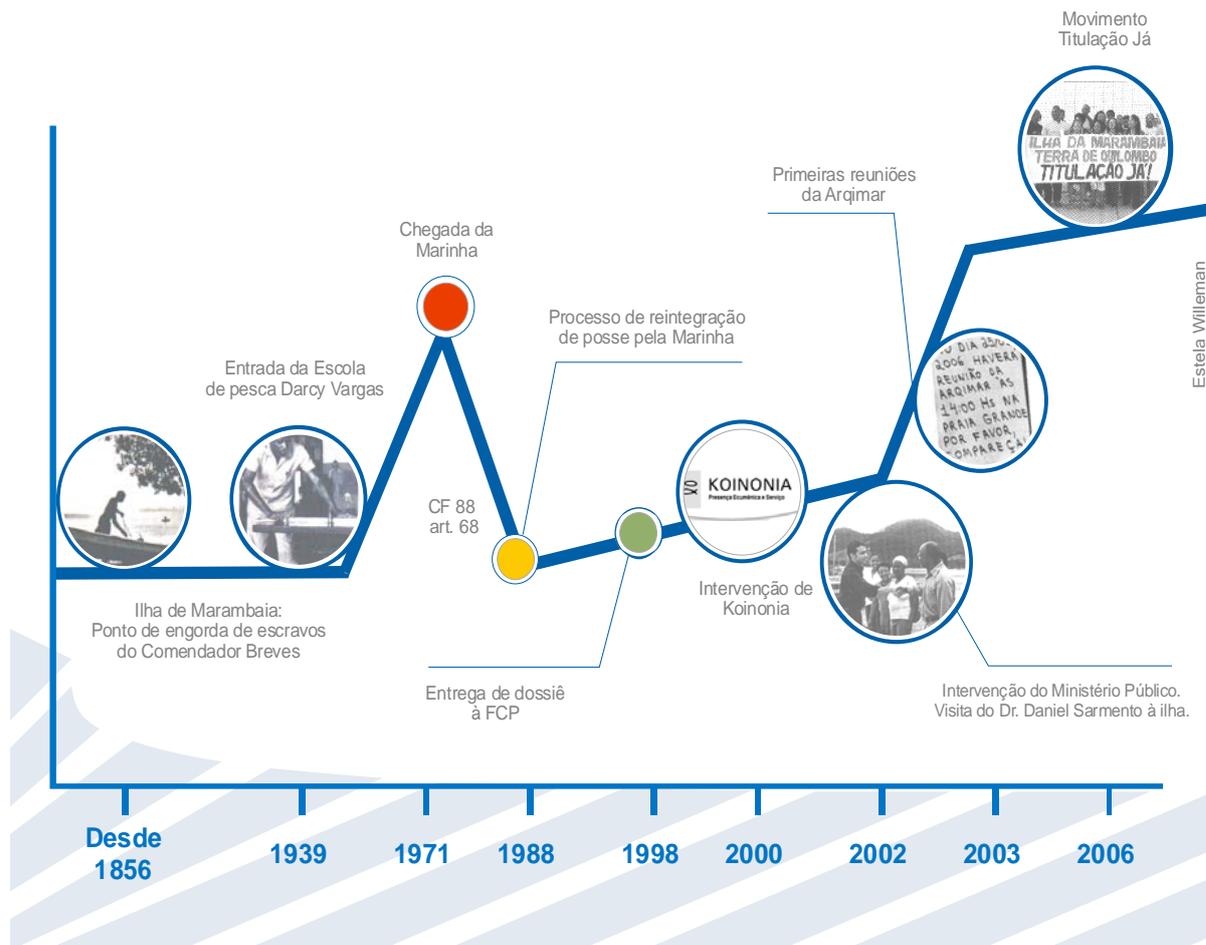
**Josefa:** antes, quando eles iam levar uma intimação pra algumas pessoas, alguns moradores.. eles iam armados, entendeu? As pessoas se intimidaram... aí você faz o que eles querem, né? O que eles queriam... (Batatinha e Josefa, 2003, Itacuruçá)

Durante o processo de construção do objeto, nossas pesquisas históricas, a partir de entrevistas e do estudo do laudo antropológico da Marambaia entregue ao Ministério Público e à Fundação Cultural Palmares, pudemos elaborar algumas percepções sobre a participação política dos moradores da Marambaia e quais fatores mais influenciaram positiva ou negativamente no exercício deste direito.

No quadro que segue elaborado por nós nesta pesquisa mapeamos uma espécie de linha cronológica em que poderemos transmitir nossa percepção de alguns fatos que consideramos mais importantes relativos à possibilidade de participação política da comunidade da Marambaia.

### 2.3

#### **Linha cronológica de acontecimentos ligados à participação política dos moradores da Marambaia**



Uma das ações consideradas pelos moradores como mais forte simbolicamente e que pareceu mais significativa para esta população em termos de manifestação efetiva do poder público e que respaldasse suas práticas foi, sem sombra de dúvidas, a presença do Ministério Público, através da pessoa do Promotor Doutor Daniel Sarmento (Ver **Figura 8**, em “Anexos”, p. 122).

O Promotor garantiu aos pescadores o seu direito, como se percebe na fala reproduzida por uma pescadora entrevistada: “Não há nada nesse mundo que impeça vocês de se organizarem enquanto associação de moradores” (Pescadora entrevistada, 42 anos. Marambaia).

Além disto, fica petente a mudança de postura da própria Marinha ao perceber o empoderamento deste smoradores através da fala de Carla. Como de costume, os militares instauraram o que eles chamam de “sindicância” para apurar fatos. Neste caso, tratava-se do que pudera ter dito Carla em um evento público, sobre a atuação militar na Ilha. Segundo ela mesma explica, a intenção dos militares era:

... saber o quê que eu tinha falado no seminário. E aí, quando a gente entrou em contato, acho que não... as perguntas foram bem mais simples, bem mais... porque a gente tava com advogado. Aí a gente entrou em contato com os advogados e eles falaram que só respondesse o que desse. E assim foi e eles encerraram porque eles não podiam abrir sindicância lá. E aí foi encerrado lá mesmo (Carla, 31 anos, Itacuruçá, 2007).

Em termos metodológicos, assumimos que há três agentes sociais externos atuando na “ilha de Marambaia”: a Marinha, a ONG Koinonia e o Ministério Público. Entretanto, a partir das representações sociais do poder, engendradas no conjunto simbólico dos seus moradores e expressadas através das entrevistas, as representações sociais mais fortes são a Marinha e o Ministério Público.

No nosso entender há uma explicação da ordem das representações sociais do poder institucional que produzem estas impressões nos moradores de Marambaia. Historicamente, tanto o poder Militar, quanto o poder do Ministério Público Federal (ou correlatos), simbolizam as esferas máximas ou muito fortes e incontestáveis de regulação social. As próprias entrevistas com os moradores explicitam esta compreensão por parte dos moradores da Marambaia.

Na fala de Carla e Luís Fabiano fica bastante explícito que o conflito teve um antes e um depois da presença do Ministério Público na Ilha quando eles relatam a expressiva diferença na atuação dos militares em relação aos moradores da marambaia

**Luís Fabiano:** mudaram de atitude depois que nós...

**Carla:** entramos com a ação...

**Luís Fabiano:** entramos com a ação. Agora mudou de atitude. E também com a nossa fortaleza. Nós nos fortalecendo... Antes nós não tínhamos o ministério público, nós não tínhamos...

**Carla:** eles chegavam lá dizendo que tinham uma ação de despejo e a pessoa tinha assinar e desocupar a casa porque a casa era deles (Carla, 31 anos, Luís Fabiano, 64 anos, Itacuruçá, 2007).

Além disto, tradicionalmente no Brasil, tanto os militares, quanto os advogados, sempre gozaram de prestígio público por sua posição muito íntima com a elaboração de regras e administração de medidas para o controle social.

Levando em consideração todos estes elementos, estruturamos esta pesquisa baseada em alguns elementos principais: com relação à estrutura física e percurso histórico do local, a base documental principalmente utilizada foi o laudo antropológico oficial, que foi elaborado por José Maurício Arruti, em 2003, como pré-requisito exigido pelo poder público para iniciar o processo de reconhecimento

da restinga como um território de remanescente de quilombo.

O roteiro da entrevista semi-estruturada é exatamente o que segue abaixo e se divide em alguns eixos principais:

### **Identificação civil básica**

1. Qual o seu nome completo?
2. Por qual apelido você gostaria de ser identificada (o)?
3. Qual a sua idade?
4. Qual o grau de escolaridade?
5. Qual a sua renda ( converter em salários mínimos)? Formal, informal?
6. Qual o ramo de atividades?
7. Qual a sua ocupação?
8. Qual a sua situação conjugal civil? E de fato?
9. Tem filhos? Quantos?

### **Identificação simbólica**

1. Você tem algum vínculo religioso? Qual? Como é a sua participação?
2. Você acha que a religião tem alguma influência na vida da pessoa fora da igreja? Por quê?
3. Qual é a sua cor?
4. E a sua raça? Você sempre pensou assim? Quando mudou?
5. Qual seria sua classificação segundo o IBGE (branca, preta, amarela, parda ou indígena)?
6. Você faz parte de algum movimento social? Por que começou a fazer parte? Qual o objetivo? (E Koinonia tem alguma coisa a ver com isso? Qual a influência de Koinonia?).
7. Qual é o objetivo dessas organizações de que você faz parte? O que você mudaria? Por quê?
8. Você acha que a convivência de vocês no movimento social influencia alguma coisa na formação da sua identidade racial? Por quê?

### **Do cotidiano**

1. Quais os meios de comunicação na “ilha”?
2. Como é (era) sua vida na “ilha”? Você gosta (va)? Por quê?
3. O que é um quilombo pra você?
4. Qual a sua relação com a Marinha?

5. Qual a sua relação com Koinonia?
6. Qual a sua relação com o lugar onde você mora?
7. Qual a sua relação com seus vizinhos?
8. Vocês acham que existe racismo no Brasil? Por quê? Deve mudar?
9. Você é racista? Por quê?
10. Para você, o que é ser negro no Rio de Janeiro hoje? O que significa isso?
11. Qual, você acha, é a participação do negro na sociedade brasileira hoje?
12. Você acha que deveria ser diferente? Por quê?

Além disso, utilizamos as matérias sobre este mesmo processo publicadas em veículos de informação públicos tais como, *websites*, jornais e revistas.

Informações adicionais foram obtidas através dos documentos do Projeto Egbé -Territórios Negros da ONG Koinonia.

Para a análise sobre as mudanças processadas nas representações sociais dentre os moradores, no transcurso da atuação da ONG Koinonia na restinga, o método que utilizamos foi a comparação entre duas entrevistas realizadas em 2003 e em 2007 com algumas moradoras do local.

Como método de análise complementar, utilizamos o recurso da entrevista semi-estruturada, prevendo alguns momentos de resgate histórico das vivências no território da restinga de Marambaia por parte de alguns moradores indicados por agentes institucionais de Koinonia e outros indicados pelos próprios entrevistados.

O critério principal para escolha destes entrevistados foi a sua disponibilidade e a livre escolha dos mesmos para tal.

Sendo assim, este trabalho conta principalmente com a comparação do nível de formação de consciência política, da noção de pertença e de identidade coletiva destes moradores quando da entrevista efetuada com duas moradoras em 2003 e o atual estágio em 2007 deste processo de formação de identidades étnicas positivas conformadas a um território negro.

Como apenas dispúnhamos de duas entrevistas realizadas em 2003 para fins de outro trabalho científico para fazer a proposta omparação entre o “antes” e o “depois”, resolvemos fazer outras entrevistas com outros moradores onde tivemos diversas tentativas de resgatar através de suas memórias este processo que considera a realidade da construção/reconstrução/resgate de uma identidade positiva justamente como uma evolução na aquisição de direitos através da

conquista de conhecimento e desenvolvimento de consciência racial e de grupo.

Como agente fomentador do processo de formação de identidades pelo citado grupo, consideramos como relevante a atuação do Projeto Egbé – Territórios Negros, sediado na Ong Koinonia Presença Ecumênica, através de seus agentes institucionais, sobretudo, respondendo por ele, o então coordenador do projeto, Prof. Dr. José Maurício Arruti.

Outro agente institucional fundamental para compreender este processo faz parte das representações do próprio Estado brasileiro, pois se trata do Promotor do Ministério Público Federal o Prof. Dr. Daniel Sarmento. Ambos foram entrevistados por ocasião deste trabalho.

Em razão de o acesso à Ilha ser bastante dificultado tanto no relativo ao transporte, quanto ao acesso e à estada na Ilha, tivemos por imposição, que fazer algumas das entrevistas com moradores fora da Ilha, contudo, sem perda de conteúdo. Sendo assim, tivemos, ao total, nove entrevistas com moradores da Marambaia.